

O Exército e a nova capital

Jonas de Moraes Correia Neto^a

Cláudio Skora Rosty^b

Resumo: A construção de Brasília, durante a segunda metade da década de 1950, representou o coroamento de um antigo projeto de interiorização da capital do país que remonta aos tempos coloniais. Desde o princípio da execução das obras, ainda na prospecção do local onde seria instalada a nova cidade, o Exército Brasileiro teve participação destacada, provendo os meios logísticos iniciais e realizando a segurança. Com a fundação da cidade, em abril de 1960, diversas unidades militares foram criadas ou transferidas para a nova capital federal. Este artigo analisa a participação do Exército Brasileiro no processo de interiorização do poder político no Brasil, materializado pela construção da nova capital.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional, capital federal, Exército Brasileiro.

DO SONHO À REALIZAÇÃO

A ideia de se interiorizar a capital do nosso País vem de longe. Há um mapa do Planalto Central do Brasil, de 1749, preparado pelo car-

tógrafo Colombina (da equipe italiana contratada por D. João V para conferir levantamentos geodésicos da colônia), mapa aprimorado em 1751, no qual se identificam as nascentes das nossas grandes bacias hidrográficas, hoje conhecidas como

^a General-de-Exército. Sócio emérito e antigo Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

^b Coronel de Infantaria. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



as “Águas Emendadas”, a menos de 50 km da atual Rodoviária de Brasília. Pois bem, influenciado por essa revelação cartográfica, ocorreu ao todo poderoso Marquês de Pombal que ali poderia ser plantada uma nova sede governamental.

Em 1813, o jornalista Hipólito da Costa, no seu *Correio Braziliense*, exprimia claro pensamento mudancista. Em 1823, na primeira Constituinte do recém fundado Império, José Bonifácio propunha a interiorização da capital, e até sugeria o nome: Brasília!

Varnhagen e outros homens da ciência e da política, durante a fecunda era Imperial, embora de maneira aleatória e esparsamente, fariam ressurgir a ideia, como que um ideal em elaboração.

Na República surgente, não perderam tempo os deputados constituintes favoráveis à mudança. Apoiados em argumentação rica e precisa de Varnhagen, de 1877, Lauro Müller (general reformado) e uma plêiade de seguidores lograram aprovação do que seria o Art 3º da Constituição de 1891: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central

da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

O Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, ao designar o Rio de Janeiro para a primeira “sede provisória” do poder central (Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889), levantava a questão da transferência da capital. Ele iria se engajar nisso junto aos constituintes, mostrando o interesse do governo na medida, que, entretanto, era deixada, como devido, à competência decisória da Assembleia. Viu-se que teve sucesso a iniciativa.

A primeira medida concreta, com vistas à mudança da capital para o Planalto Central, deveu-se ao Marechal Presidente Floriano Peixoto, criando a “Comissão Exploradora do Planalto Central da República”.

À sua testa, colocou o engenheiro Luiz Cruls, formado em geodésia e cartografia, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, recém subordinado ao Ministério da Guerra. Cruls tinha sido



tenente do Exército belga, que deixara, atraído pelo pioneirismo no Brasil, onde – já brasileiro naturalizado – era professor de astronomia na Escola Militar (aquela chamada de Escola Superior de Guerra), com o posto honorário de Major.

Cruls, além de competente, era dinâmico, tendo tomado posse em junho de 1892. Para os trabalhos, que prometiam ser pesados e demorados, de demarcação e delimitação do quadrilátero de 14.400 km², selecionou e reuniu um grupo comprovadamente capaz. Eram 22 técnicos de variadas especialidades, dos quais a metade oficiais do Exército (destaque para Celestino Alves Bastos e Augusto Tasso Fragoso, futuros generais Chefes do Estado-Maior do Exército), e um pequeno contingente militar, para serviços gerais e segurança, sob comando de um alferes (que também auxiliava nos procedimentos agrônômicos).

Os trabalhos duraram quase um ano. Cumpriu-se o previsto, sendo apresentado relatório preciso e completo, contendo o “quadrilátero Cruls”. Tanto que Floriano resolveu, em 1894, conservar o chefe

e diversos componentes da primitiva Comissão para, numa extensão de tarefa – agora como “Comissão de Estudos da Nova Capital” – fazerem a escolha, fixada e justificada, da melhor área para a construção da cidade. Em 1895, foi comunicado o resultado, no qual era sugerida a região mais elevada, que tem por centro um ponto culminante (1.172m), onde atualmente se encontra o Cruzeiro de Brasília, em pleno Eixo Monumental.

Naquela ocasião, o País estava conflagrado. A Revolta da Armada (1893/94), a Revolução Federalista (1893/95), logo depois a campanha de Canudos (1895/97), encheram o quinquênio de sangue e lutas, que obrigaram à eleição de prioridades governamentais críticas, urgentes e dispendiosas.

Ainda no governo de Floriano, os trabalhos de campo, relativos ao assunto mudança da capital, que iam muito bem, tiveram de parar. Continuaram parados nas presidências seguintes, durante cerca de meio século.

A Constituição de 1934 apenas arranhou a questão. No entanto, a



excelente Carta de 1946 foi taxativa, permitindo ao General Presidente Eurico Gaspar Dutra, ainda naquele ano, criar a “Comissão de Estudos de Localização da Nova Capital”, cuja chefia foi entregue ao General do quadro técnico (Engenheiro de Cartografia e Geodésia) Djalma Polli Coelho.

Esse militar especialista apresentou relatório a Dutra, em agosto de 1948, aliás, aproveitando o principal dos trabalhos da “Missão Cruls”, com a revisão que tanto tempo decorrido exigia. O Governo remeteu a matéria ao Legislativo, para discussão e atos necessários. E aí, nova protelação.

Em 1950, voltou à presidência Getúlio Vargas, que, em 1953, sancionou Lei do Congresso, determinando “estudos definitivos” para a escolha do local da nova capital. O Presidente atribuiu ao goiano e Chefe da Casa Militar, General Aguinaldo Caiado do Castro (o comandante do “Regimento Sampaio” da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da Força Expedicionária Brasileira), dirigir a “Comissão de

Localização da Nova Capital Federal”. Caiado organizou a Comissão e contratou serviços específicos, do melhor nível técnico (aerofotogrametria, fotoanálise, fotointerpretação, etc...). Ia tudo caminhando bem, quando se deu o desenlace de Vargas (agosto de 1954) e a subida ao poder de Café Filho.

O curto lapso que Café Filho passou no governo foi o da nomeação do General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque (o idealizador da AMAN), para substituir Caiado de Castro à frente da Comissão de Localização; criativo e decidido, José Pessoa obteve, do governador goiano José Ludovico, que decretasse a desapropriação da Fazenda Bananal, totalidade do espaço então destinado ao futuro Distrito Federal, como sendo “de utilidade pública e de conveniência ao interesse social”. Por outro lado, o tenso clima político do País breou quaisquer outras medidas concretas – ações, despesas – relacionadas com o assunto nova capital.

Mas chegou 1956. E subiu à presidência o voluntarioso Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro.



Daí em diante, a boa ideia passou à decisão irrevogável e prioritária. Assim, foi encaminhada ao Congresso Nacional (em 18 de abril de 1956) mensagem sobre a matéria, com boa tramitação praticamente assegurada, tanto que, exatamente cinco meses depois, JK podia sancionar a Lei respectiva (Lei de 19 de setembro de 1956). A NOVACAP seria a entidade encarregada de criar – na erma região – a cidade capital do Brasil: Brasília!

No começo de outubro, JK estava na área, como se marcando presença no seu sonho-meta. Acompanhavam-no figuras de relevo no projeto e no governo. Entre elas, o Ministro da Guerra, o qual fora o condestável de sua campanha para a Presidência. Na visita, o General Henrique Lott deixou clara a indubitabilidade da construção de Brasília e da sua inauguração no prazo fixado. Ficava implícito, nas palavras do poderoso chefe militar do momento, não somente o apoio à ideia como o compromisso de cooperação do Exército. De fato, durante todo o período da construção, os órgãos empenhados em ajudá-la – de

toda parte do país – em particular, a Aeronáutica e o Exército, fizeram o possível (às vezes quase o impossível...) por cumprir seus papéis, que no futuro se classificariam como importantíssimos.

O EXÉRCITO EM BRASÍLIA

Na fase de construção

Desde o começo das atividades administrativas e físicas de construção de Brasília, marcou presença nosso Exército. Cabe ressaltar que, para alojar os trabalhadores iniciais, forneceu o EB 60 barracas verde-oliva, material completo e em estado de novo. Mais tarde, esse número foi sendo um pouco acrescido, juntamente com as construções de madeira.

A primeira tropa que lá se instalou foi denominada 6ª Companhia de Guardas (Cia Gda). Criada pelo Decreto nº 42.269, de 17 de setembro de 1957, foi ela organizada em Goiânia, onde se preparou para a honrosa missão. Essa teria início em 21 de maio de 1958, quando estreou



A esplanada dos ministérios em construção na nova capital federal

em Brasília. Seu efetivo básico, normal de uma subunidade independente, era de 5 oficiais, inclusive o comandante, Capitão Cleber Gomes Ferreira, e 130 praças, graduados e soldados, todos da Arma de Infantaria. Seu aquartelamento era improvisado, um conjunto em madeira, pavilhões dotados de poucos recursos para acomodação e higiene. Contudo, estava de acordo com o padrão geral rústico, mas suficiente, que era o disponível para todo o pessoal no serviço pioneiro – civis e

militares. Situava-se aproximadamente a meio caminho entre os “esqueletos” do Palácio da Alvorada e do futuro Hotel Brasília Palace. Como armamento, a dotação padrão.

Durante todo o período da construção, a 6ª Cia Gda foi o único elemento operacional do EB na área. Cabiam-lhe, como atribuições normais, as de guardas especiais, cerimonial (recepção a visitantes, etc, com destaque à pessoa do Presidente JK) e segurança em geral (como até hoje o Batalhão da



Guarda Presidencial - BGP). Complementarmente – como nossas organizações militares sempre fizeram e fazem – prestar apoio à NOVACAP, em situações em que fosse solicitado. A 6ª Cia Gda, mais tarde, seria extinta, quando chegou o BGP, sobre o qual trataremos mais adiante.

Nessa fase (informam-nos historiadores da cidade embrionária), o Exército também deu suporte técnico às atividades da NOVACAP, através de um Serviço de Engenharia de Construção, especialmente direcionado para a grande obra.

Na inauguração

Das festividades inaugurais da nova Capital Federal participaram bastante as Forças Armadas, formadas sob o comando geral do General Carlos Luiz Guedes. O Exército lá estava, seja com a tropa local seja com elementos enviados de outras paragens – representações diversas, para formatura e desfile.

A Força Aérea Brasileira fez sobrevoos rasantes, com meios aéreos do Rio e São Paulo. E a Marinha enviou do Rio um grupamento

especialmente constituído para esse fim, de seus Fuzileiros Navais, cujo comandante fez entrega ao Presidente JK, em pleno palanque da parada, de uma mensagem escrita do Ministro Almirante-de-Esquadra Jorge do Paço M. Maia (a narrativa da marcha a pé Rio-Brasília, 23 dias ininterruptos, está no livro *A Pé para Brasília*, do Comandante Souza Coutinho, nosso confrade no IGHMB).

Portanto, naquele radioso 21 de abril de 1960, a presença militar foi destacada. E o seria sempre, dali em diante, numa afirmação antecipada das palavras que haveria de pronunciar o Presidente Marechal Castelo Branco, logo no início do seu mandato: “Brasília é irreversível”!

Nos primeiros anos

Ainda antes da inauguração da cidade, o Exército já produzia documentos orientadores e determinantes de medidas destinadas a concretizar sua mudança e instalação em Brasília. Por exemplo: em Portaria nº 157-Reservada, de 8 de outubro



de 1957, pelo Ministro Lott, foi nomeada uma comissão para:

1- estudar e propor:

a) os órgãos de comando e administração do Exército que deverão ser transferidos para a nova capital;

b) as unidades de tropa que passarão a constituir a guarnição militar do novo DF;

c) as instalações, os meios de comunicação e os elementos de apoio logístico de que deverão dispor aqueles órgãos e unidades;

2 – reexaminar [...] as áreas a serem reservadas para a utilização pelo Ministério da Guerra, no novo DF.

O trabalho foi realizado com a atenção e o interesse devidos. Logo algumas medidas começaram a ser desencadeadas, como se pode constatar.

A segunda tropa do EB, instalada em Brasília foi a 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm, comandada pelo Major Geraldo Figueiredo de Castro. Foi criada pelo Decreto nº 48.056, de 6 abril 1960, tendo chegado a Brasília em 1963.

Cabia-lhe, conforme a doutrina de Defesa Antiaérea em voga, cuidar do planejamento da cobertura da nova capital contra ataques de aeronaves convencionais, ficando em condições de, se hostilidades houvesse, atuar com todos os seus meios (oito canhões Bofors mono-tubo, e metralhadoras), oferecendo relativa (mínima!) proteção aos principais pontos sensíveis daquele esqueleto urbano, com sua gente em ebulição. Poucos anos depois, essa bateria iria ser absorvida pelo 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, do mesmo tipo de material; o qual, por sua vez, seria transformado no 32º Grupo de Artilharia de Campanha, então com obuseiros 105 mm. Seu quartel até hoje é o mesmo, no Setor Militar Urbano (SMU).

Brasília foi sendo militarmente “mobiada” aos poucos, porém, constantemente e, seguindo cuidadoso planejamento, pois cada mudança acarretava providências de extenso e profundo espectro. Entre Brasília acolhendo, e outras regiões fornecendo – principalmente do Rio de Janeiro – era preciso pensar em



materiais de toda natureza, em quartéis, em transportes e comunicações, e em numerosos grupos familiares. Este um aspecto crucial da mudança, já que envolvia residências, vilas militares, empregos, estudantes e matrículas (de todos os níveis escolares), além de relacionamentos pessoais e readaptação urbana. Problemática enorme, a ser equacionada e resolvida.

Foi muito bem resolvida.

Já em 6 de abril de 1960, pelo citado Decreto nº 48.056, o tradicional Batalhão de Guardas, do Rio, foi transferido para o planalto, com a denominação Batalhão da Guarda Presidencial. Seu efetivo inicial era de aproximadamente mil homens.

Depois do BGP, foi mandado para Brasília o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCGd), os “Dragões da Independência”, também pleno de tradições. Como de boa prática, ainda antes do ato definitivo de transferência (do velho e histórico quartel de São Cristóvão), que só seria prevista para 1º de janeiro de 1968, o Regimento mandou, em setembro de 1965, o 3º Esquadrão de Fuzileiros à frente, para

que o cerimonial militar brasileiro pudesse, desde logo, contar com uma tropa de Cavalaria hipomóvel.

No começo de 1969, o comandante do Regimento, Coronel João Batista de Oliveira Figueiredo (futuro Presidente da República, último do ciclo revolucionário de 1964), informou ao Ministro do Exército, General Lyra Tavares, que estava completa a instalação do RCGd em Brasília. Em 4 e 5 de fevereiro de 1969, o Ministro Lyra inspecionou o Regimento pronto; acompanhado pelo Tenente-coronel Jonas, seu oficial de gabinete, fez sua última inspeção ministerial a uma unidade operacional.

Daí por diante, as organizações militares da alta administração do Exército foram-se transferindo para Brasília. Lá já havia um grande comando, o Comando Militar do Planalto (CMP), de 1969, cujo antecessor fora o Comando Militar de Brasília (CMB), de 25 de abril de 1960. E também, desde a inauguração, havia um escalão avançado do Gabinete do Ministro.



Até 1972, todos os altos órgãos do Exército instalaram-se em Brasília. A quase totalidade deles no Quartel-General do Exército, no SMU. As sedes do CMP e da 11ª Região Militar ficavam no edifício do Exército na Esplanada dos Ministérios, pois todos os Ministros da Pasta, Comandantes Superiores do Exército, preferiram manter seu Gabinete (e QG) no conjunto arquitetônico mais próximo da tropa, o apelidado “Forte Apache”.

O Estado-Maior do Exército, principal órgão de direção geral, acha-se lá desde 31 de março de 1971, tendo sido o primeiro dessa hierarquia a completar a mudança.

Em 1971 e 1972, deram o pronto todos os Departamentos, Diretorias e órgãos subordinados.

Cabe aqui referência ao 2º Batalhão Ferroviário, “Batalhão Mauá”, que, entre 1965 e 1970, tendo sede em Araguari-MG, completou a ligação por estrada de ferro, desde Uberlândia-MG a Pires do Rio-GO, e desta a Brasília, assim integrada na Rede Ferroviária Federal. Trabalho de que se orgulha a nossa Engenharia de Construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos deixar bastante evidente a presença do Exército, por seus militares e por suas organizações, na criação de Brasília. Isso abrange o tempo e os eventos, desde a procura da área ideal, em seus exaustivos trabalhos de campo e meticolosas medições, até a inauguração e posterior vivência militar na nova capital do País.

Com as organizações militares do EB, que lá foram tendo sua localização, também houve grande afluxo de famílias de oficiais e praças verde-oliva, com todas as vantagens para a cidade nascente, mas também com todas as exigências de nível de vida adequado, necessário a essa população especial. Daí as vilas militares, os blocos de apartamentos em superquadras cativas, etc.

Velhas unidades foram transferidas. Nestes 50 anos, muitas organizações novas, de modernas tecnologias, foram criadas por lá mesmo, como as de guerra eletrônica e de lançadores múltiplos de foguetes.



Enfim, e para encerrar: para o Exército, Brasília é boa e é mesmo irreversível.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Cláudio Moreira. Notícia sobre OM do EB em Brasília, após a inauguração. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1972.

Boletim Reservado do Exército – números diversos – referências a organizações militares em Brasília.

COUTINHO, Alfredo de Souza. *A pé para Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

MARQUES, Jarbas Silva. *O Movimento Mudancista*.

_____. *Mais Brasileiro que muitos Brasileiros (Luiz Cruls)*.

_____. *Varnhagen e a Capital da República*.

_____. *Lauro Muller e a Capital da República*.

Ofício nº 213-E5.1 do CMP à SGEx – propondo a denominação histórica “Comando Mar José Pessoa”.

SILVA, Alberto Martins. Os Militares da Missão Cruls. *Revista DF Letras*, n. 39/43 - maio a set/97.

_____. O farmacêutico da Missão Cruls. *Revista do IHGDF*.

SORIANO NETO, Manoel. O Exército e a Mudança da Capital Federal. *Revista do IHGDF*, 1999.

VASCONCELOS, Adirson. O Exército Brasileiro e Brasília. *Verde Oliva*, n.198, Jul. a Set. 2008, Brasília: CComSEx.